

JOSÉ MIGUEL PEREIRA PROFESSOR CATEDRÁTICO DO ISA

“A meteorologia, por si só, pouco importa”

Especialista em Gestão do Fogo considera que persiste uma lógica de privilégio do combate e menosprezo das medidas de redução do risco. Gestão da vegetação é determinante para a prevenção e combate.

ANDRÉ VERÍSSIMO

averissimo@negocios.pt

O combate aos grandes incêndios faz-se na prevenção, através de uma gestão da vegetação que permita a redução de combustíveis, como o mato. “As diferenças de vulnerabilidade ao fogo devidas à gestão, ou falta dela, são muito maiores do que as decorrentes das diferenças de espécies como pinheiros ‘versus’ eucaliptos”, defende José Miguel Pereira, professor catedrático do departamento de Engenharia Florestal do Instituto Superior de Agronomia, nas respostas enviadas ao Negócios por e-mail.

Esteve na zona do incêndio de Pedrógão Grande. Além das causas meteorológicas, o que numa primeira avaliação pode explicar a violência do incêndio e o elevado número de vítimas?

As condições meteorológicas foram, sem dúvida, severas mas não excepcionais. Mas a meteorologia, por si só, pouco importa. Caso contrário as regiões mais problemáticas para o fogo seriam no sudoeste alentejano, onde praticamente não há fogos. Portanto, à meteorologia adversa há que adicionar uma paisagem ocupada por uma grande mancha quase ininterrupta de vegetação florestal pouco gerida, com bastante mato no solo sob a floresta, e com poucas barreiras, naturais ou criadas deliberadamente, que dificultem a

propagação do fogo. Quanto ao elevado número de vítimas, ele representa o elemento verdadeiramente excepcional. Uma boa parte delas parece ter-se devido a falhas de comunicação e má avaliação do comportamento do fogo, que levou às mortes na EN 236-1. Quanto às mortes nas aldeias, o risco estava claramente lá, porque a floresta e os matos as envolvem a muito curtas distâncias, na maioria dos casos.

A que se pode atribuir o que parece ser uma ocorrência crescente de incêndios de grandes dimensões em Portugal?

Um estudo que estamos a completar, abrangendo o período entre 1975 e 2014, mostra que se registava na região uma tendência para a re-

dução da área queimada anual, sobretudo porque não se registavam grandes fogos no Pinhal Interior desde 2003/2005. Mas, de facto, o tamanho dos maiores fogos parece estar a aumentar, sobretudo ao longo das últimas duas décadas. Creio que isso se deverá, sobretudo, ao abandono rural, perdas das pequenas áreas agrícolas que ainda ajudavam a fragmentar as grandes manchas de floresta e matos mas que, com menos mão de obra activa na agricultura acabam por ser abandonadas e gradualmente invadidas por matos, através dos quais os fogos se propagam com grande rapidez e intensidade. É possível que o aumento do número e tamanho dos fogos muito grandes se deva também a uma



“Uma boa parte das vítimas parece ter-se devido a falhas de comunicação e má avaliação do comportamento do fogo.”

maior frequência de ocorrência de condições meteorológicas extremas.

Quais as principais deficiências que ainda subsistem na prevenção?

Destaco a falta de uma organização dotada de um corpo de pessoal técnico exclusivamente dedicado à gestão do fogo, a trabalhar na redução dos combustíveis em localizações estratégicas do território, não só no interior das áreas florestais, mas também na proximidade de aglomerados urbanos e em locais identificados como importantes para ajudar a conter a propagação de grandes incêndios. O fogo controlado seria uma ferramenta fundamental de trabalho para esta organização que, adicionalmente, poderia apoiar o combate aos incêndios durante o Verão, nomeadamente através do uso de contra-fogos.

Qual o papel da gestão da floresta e do ordenamento do território na prevenção?

A protecção do espaço rural contra os incêndios tem de ser feita a duas escalas. Por um lado à escala da propriedade individual, do povoamento florestal. A gestão da floresta deve incluir as operações de silvicultura que asseguram uma densidade adequada do arvoredo, a remoção dos ramos mais baixos das copas das árvores e a redução periódica da acumulação de mato e de folhas e ramos mortos caídos à superfície do solo. As diferenças de vulnerabilidade ao fogo devidas à gestão, ou falta dela, são muito maiores do que as decorrentes das diferenças

de espécies, como pinheiros versus eucaliptos. Depois há a escala da paisagem, de extensão espacial muito maior, abrangendo milhares, ou mesmo dezenas de milhar de hectares e aqui o importante é a compartimentação dos espaços das formas já referidas, de modo a quebrar a continuidade de manchas extensas de vegetação densa e a criar distâncias entre estas manchas e as áreas urbanas. É uma tarefa que diz respeito à gestão territorial em sentido lato, das florestas mas também das áreas urbanas e da agricultura. É fundamental criar paisagens mais defensáveis face ao fogo, para que o combate tenha mais sucesso e possa ser feito de modo mais seguro.

O Governo avançou com um conjunto de propostas, que carecem ainda de aprovação parlamentar. Considera que as medidas legislativas que têm sido aprovadas nos últimos anos vão no sentido correcto?

Algumas delas parecem-me positivas, como o Programa Nacional para uso do fogo controlado, outras têm uma relação mais indirecta com o problema dos incêndios, mas digamos que suspendo temporariamente a minha descrença, para vermos no que darão... Quanto aos últimos anos, o mais saliente é a persistência duma lógica de privilégio do combate e menosprezo das medidas de redução do risco através da gestão da vegetação às duas escalas que referi. Obviamente, discordo desta lógica. ■

